

# Sindicatos e desenvolvimento regional no Pólo Gásquímico de Duque de Caxias (Rio de Janeiro)

Rosângela Nair de Carvalho Barbosa<sup>1</sup>

## Resumo

A proposta do artigo é discutir as estratégias de desenvolvimento do pólo gásquímico de Duque de Caxias e a participação dos sindicatos no processo regional. A hipótese principal é a de que a aglomeração não é dotada de dinâmica política participativa sobre os destinos dos investimentos, da proteção do emprego e dos efeitos sociais sobre a cidade. A agenda dos sindicatos não incorpora a temática do desenvolvimento regional e a influência na aglomeração é basicamente do segmento empresarial.

## Palavras chave

Sindicato; Território produtivo; Desenvolvimento regional; Duque de Caxias.

## Trade unions and regional development at the Cluster Petrochemical of Duque de Caxias (Rio de Janeiro - Brazil)

## Abstract

The proposal of this paper is to discuss the development strategies of the cluster petrochemical of Duque de Caxias and union participation in the regional process. The main hypothesis is that the clustering is not endowed with participatory political dynamics on the destinations of investment, employment protection and social effects on the city. The agenda of the unions does not embody the theme of regional development and the influence on clustering is basically the business segment.

## Keywords

Union, Productive territories; Regional development; Duque de Caxias (Rio de Janeiro – Brazil).

O texto aborda a relação dos sindicatos com o incremento da cadeia gásquímica em contexto de aglomeração produtiva na cidade de Duque de Caxias (Rio de Janeiro). A flexibilização produtiva que emergiu da reestruturação do capitalismo nos anos 1980/1990 induziu mudanças na relação economia e território, sendo que uma dessas inovações foi exatamente a organização de ordenamentos produtivos de aglomerados de empresas por especialização econômica e vantagens competitivas como são os clusters, os APLs (Arranjos Produtivos Locais) e os Pólos de Desenvolvimento (BRANDÃO, 2007). Nesse quadro, alguns sindicatos introduziram o tema da regionalização produtiva nas suas agendas constituindo novas experiências sociais na luta sindical (RAMALHO e RODRIGUES, 2010; RAMALHO e RODRIGUES, 2007).

Em pesquisa sobre o Pólo de Desenvolvimento Gásquímico em Duque de Caxias verificamos que os sindicatos não participam da gestão política e institucional da cadeia e ao mesmo tempo evidenciamos que a regionalização produtiva é direcionada sobremaneira pelos interesses do segmento empresarial, não havendo disputa sobre outros possíveis destinos do planejamento, gestão e investimentos de fundo público e privado no território<sup>2</sup>. Verificamos, então, que do ponto de vista teórico interpretativo o tema do desenvolvimento econômico é absorvido de modos distintos pelos sindicatos e pelas dinâmicas regionais em diferentes quadrantes do país, sugerindo que passássemos a pensar a região em exame na pesquisa como espaço social e histórico singular de modo a entender as forças sociais em presença na dinâmica socio-econômica, bem como as ações reativas aos impactos do desenvolvimento na localidade.

O movimento de fixação de práticas e políticas de órgãos públicos, empresas e entidades associativas voltados para o desenvolvimento econômico do segmento gásquímico é uma realidade em Duque de Caxias. Iniciamos a pesquisa acreditando que essa dinâmica proporciona mudança na estrutura socio-econômica e nos conflitos sociais, sendo necessário, todavia, clarear as características da nova institucionalidade. Por isso, delimitamos a pesquisa de modo a poder investigar a dinâmica política tendo em conta a diferenciação de sujeitos sociais atuantes no processo regional, considerando-o como campo de forças de interesses diversos baseados em diferentes recursos de poder e de classe. Isso significou no plano objetivo da investigação focar o problema das relações sociais que atravessam o agrupamento produtivo, tendo em conta a herança da história social local e a inserção dos agentes políticos e econômicos. Com isso, como será tratado, adiante, a pesquisa se ocupou da apreciação da coordenação e dinâmica política do pólo gásquímico, bem como

da observação sobre estratégias públicas que incorporassem o ponto de vista dos trabalhadores na economia regional<sup>3</sup>.

### **Caracterização do Pólo Gásquímico de Duque de Caxias**

De imediato, é preciso dizer que se trata de uma região geográfica entrelaçada por diversas escalas territoriais, pois em Duque de Caxias se misturam estratégias corporativas transnacionais, nacionais e dinâmicas locais, que induzem o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo asseveram as desigualdades sociais<sup>4</sup>.

A história industrial da cidade se inicia com a FNM (Fábrica Nacional de Motores) no Governo Getúlio Vargas, prolongando-se com a refinaria de petróleo (Reduc) na década de 1960, além de um conjunto de outras iniciativas que foram se somando ali<sup>5</sup>. Além da refinaria, a Petrobras iniciou na década de 1960, o parque industrial petroquímico para produção de borracha sintética em decorrência da escassez de borracha natural. A idéia era ir mais longe, mas, segundo depoimento de sindicalistas da área, o golpe militar surtou o investimento receando que a concentração industrial levasse à concentração também de trabalhadores e de lutas sindicais. De modo que a dinamização regional da localidade, de fato, vem sendo tocada a partir de 1999 como aglomeração gásquímica (Pólo de Desenvolvimento Gásquímico), tornando a região mais atrativa para empresas da área e viabilizando aquela estratégia produtiva interceptada pela caserna na década de 1960.

Hoje, Duque de Caxias possui cerca de 850.000 habitantes e faz parte da ampla área nomeada como Baixada Fluminense<sup>6</sup>. Essa ampla região fluminense de baixada conta com mais de três milhões de habitantes, conformando a segunda região mais populosa do estado, perdendo somente para a capital. Como centro de negócios diversificados, Duque de Caxias, atende a essa região expansiva, por meio de uma teia de vias de circulação públicas.

A história caxiense se associa organicamente aos ciclos de desenvolvimento do país e da metrópole vizinha: 1) de um lado, quando atendia à função de passagem na região para comunicação com o Rio de Janeiro nos ciclos do ouro e do café; 2) e, depois, quando a cidade é integrada como espaço urbano subordinado ao núcleo metropolitano (Rio de Janeiro) servindo para alojar seus trabalhadores e paulatinamente também indústrias dentro do modelo de substituição de importações (1930-1980). Todavia a ação de maior protagonismo industrial se acentua no mesmo passo em que se dá o incremento da produção e refino do petróleo nos anos 1990/2000, ou seja, no próprio processo de reestruturação produtiva recente. De fato, a dinamização da economia do petróleo atraiu novos investimentos – transformando o

território em campo de encontro de novos agentes socioeconômicos- que gravitam em torno da potência que é a cadeia produtiva do petróleo, alavancada pelo aumento da produção e autosuficiência mineral dos últimos anos no país.

Além da refinaria, a região é dotada de características estratégicas, pois é entrecortada por duas importantes rodovias como Presidente Dutra, Rio-Petrópolis, Linha Vermelha e Linha Amarela. A proximidade com o porto, o aeroporto internacional e a vizinhança com a própria capital, Rio de Janeiro, conformam outros relevantes atrativos econômicos. Em verdade, um aparato logístico bem significativo para os investimentos produtivos e a competitividade da economia mundializada, que será fortalecido com as conclusões das obras do arco metropolitano – via rodoviária que aproximará a região metropolitana ligando as 5 principais rodovias da região .

O segmento econômico de maior peso (gás químico) envolve uma cadeia marcadamente globalizada de característica vertical onde a Petrobras, uma empresa estatal, tem papel chave como empresa mãe seguida por grandes empreendimentos privados do setor. As relações de terceirização são notáveis, havendo entorno de sete linhas de subcontratação junto à Petrobras, o que exige um qualificado sistema de fornecedores. Duque de Caxias está já na segunda linha da cadeia produtiva do petróleo com o refino do minério e seguidamente com outras empresas de segunda geração. Em razão do amplo conjunto de fornecedores, a cadeia engloba também médias e pequenas empresas que gravitam nos negócios do segmento.

Uma breve caracterização da empresa no quadro da reorganização internacional do setor é necessária, pois na década de 1990, no auge do furacão das iniciativas neoliberais e da reestruturação produtiva, a Petrobras bateu recordes de produção, extraindo a partir de 1997 mais de 1 milhão de barris/dia, levando o país a atingir em 2006 a autosuficiência na produção de petróleo. Ao longo desse período a empresa ganhou vários prêmios internacionais pelo avanço em pesquisas de prospecção de petróleo em águas profundas. Paralelamente, expôs suas contradições com o aprofundamento de plataforma de exploração e uma série de passivos ambientais decorrentes de vazamentos de petróleo. Esses efeitos destrutivos da economia petrolífera se estenderam sobre a questão laboral, pois a precarização, a intensificação e os acidentes de trabalho se projetaram com veemência na agenda de problemas do segmento. Concorreram para esses dramas ambientais e trabalhistas o fraco investimento em infraestrutura por conta da crise econômica dos anos 1980 e 1990, bem como a severa redução de trabalhadores na empresa – entre 1999 e 2001 a Petrobras cortou 40% do pessoal – o que reorganizou o trabalho, penalizou as condições

e relações de trabalho, além de fragilizar o conhecimento institucional em razão da rotatividade de trabalhadores nas subcontratações.

Hoje, por enquanto, a ameaça da privatização via perda de controle público da companhia saiu da pauta e a recomposição da força de trabalho via primeirização tem sido feita através de progressivos concursos desde 2003, mas esses dispositivos não suplantam a queda de trabalhadores efetivos, pela contínua presença da terceirização como estratégia de crescimento da empresa na atualidade. Os documentos analisados mostram que a estratégia aparece como redutora de custos (menor preço) e como meio de conquista de novos mercados por facilitar a focalização e a simplificação da gestão.

Mundialmente, a exploração e a produção de hidrocarbonetos, desde o início do século passado, absorve a contratação de firmas especializadas em rede de produtos e serviços para, por exemplo, cimentação de poços, brocas convencionais e sondagem de poços. O que é típico da reestruturação do segmento nos últimos anos são a ampliação e a intensificação para outros pontos e áreas da cadeia produtiva como manutenção e operação que antes eram considerados segmentos nobres para execução pela própria corporação.

Para isso, desde o ano 2000 a Petrobras se dividiu em quatro áreas de negócios (Exploração e Produção; Abastecimento; Gás e Energia; Internacional), duas áreas de apoio (Financeira; Serviços) e unidades corporativas vinculadas à Presidência. A área de negócios ganhou flexibilidade com maior autonomia para os gestores tocarem seus orçamentos com a contrapartida de cobrança de resultados, o que fortaleceu a terceirização como estratégia de baixos custos. Entre os setores terceirizados destacam-se alimentação, análise laboratorial, almoxarifado, cimentação de poços, montagem e construção de projetos, informática, limpeza predial, manutenção (predial, mecânica, calderaria, soldagem, elétrica, instrumentação, refratários, isolamentos térmicos e de inspeção de equipamentos), movimentação de cargas, perfuração e perfilagem de poços, operação de sondas, serviços médicos e administrativos, transporte, utilidades e vigilância (DIEESE, 2002).

A pesquisa apreciou que a verticalização da Petrobrás torna as ações na cadeia produtiva de tipo limitada, pois se restringem a produzir respostas às demandas da empresa mãe que atua em situação de monopólio. Isso é mais enfático entre a média e pequena empresa que efetivamente se voltam para atender às necessidades apresentadas periodicamente pela refinaria nessas subcontratações. Uma aglomeração produtiva com baixa dinâmica política, posto que sem disputa de interesses empresariais e públicos.

Mas, se a Reduc é o centro dinâmico do pólo gásquímico e, por isso, a sua força propulsora, é também nela que se localizam os principais problemas para os sindicatos dos trabalhadores terceirizados, tamanha a rede de subcontratação que atua no seu território. Há também o encurtamento de postos de trabalho com a modernização de equipamentos em partes do processo de refino do petróleo, como mostra o depoimento do sindicalista entrevistado na pesquisa:

Então onde você tinha equipamentos (...) equipamentos de utilização manual, essa coisa você transformou tudo em sistema elétrico e sistema de controle por computadores. Só que só pegou assim, algumas unidades desse lado, as mais importantes. As mais importantes a nível de ganhos, de relação de produção e capital e não pegou algumas das outras. Então o sistema aqui de óleo lubrificante está muito ainda no manual. Muito ainda com equipamentos de 40 anos de uso. Aqui não. Aqui já tem equipamentos com alguns anos de uso, mas muitos deles já foram trocados. (...) Ao longo do processo uma unidade que tinha dez trabalhadores hoje tem cinco. Porque além de você ter um sistema informatizado, onde um “cara” só opera a partir de uma tela de computador, porque (antes) você tinha pelo menos dois para operar o painel. (SINDIPETRO)

Ampliando a explicitação do pólo gásquímico, verificamos que além da Petrobras temos quatro grandes empresas na região que se beneficiam do refino do petróleo da Reduc. Do ponto de vista histórico pode-se dizer que a indústria petroquímica começa com a fábrica de borracha sintética, mas se verticaliza produzindo também dois insumos, primeiramente, ainda nos anos 1960, o butadieno e depois na década de 1980, o estireno que são componentes químicos industriais da borracha sintética. Na década de 1970 foi construída uma fábrica de produção de resinas termoplásticas; em 1992, outra fábrica de produção de polipropileno; e, em 2003, a fábrica de produção de polietileno. A empresa Lanxess – que é a antiga Petroflex, privatizada no Governo Collor, em 1994; a Nitriflex; a Quattor Petroquímica (antiga Suzano Petroquímica) e a Rio Polímeros. Os processos de produção são diferenciados em razão do produto, da tecnologia empregada, uso intensivo de trabalho vivo, mercado mais competitivo ou não e a gestão mais empresarial ou mais familiar, mas é razoavelmente comum entre elas o emprego da subcontratação via terceirização.

Por outro lado, pensando na constituição do território, vemos que a formação sociohistórica de Duque de Caxias se expressa numa paisagem urbana

marcada por uma perversa feição social, pois conforme se expandiram a industrialização e a forma de vida urbana, o aspecto segregacional do crescimento e reprodução urbana atingiu mais densamente a região. Essa dimensão do desenvolvimento nos parece essencial para pensar a política na aglomeração produtiva local, por isso faremos uma breve digressão a esse respeito.

Na verdade, ao longo do século passado, a rota do desenvolvimento urbano na localidade seguiu piamente o chamado modelo de urbanização fordista periférico, pois a autoconstrução de residências se fez como marca estrutural da fixação dos habitantes atenuando a baixa renda dos trabalhadores e a ausência de financiamento público para moradia. A questão fundiária é um problema histórico relevante para a população residente na cidade e que repercute negativamente na qualidade da infra-estrutura e serviços urbanos. A própria constituição do parque industrial gásquímico que funciona no bairro de Campos Elíseos se tornou força atrativa da migração de trabalhadores para as redondezas sem adequado preparo do município para esse fim:

empresas vieram de outros estados e trouxeram mão de obra e quando termina o contrato a empresa vai embora e deixa o trabalhador aqui (...) pessoal com problemas de pele, problemas respiratórios, problemas na área de infra-estrutura mesmo, falta água em Campos Elíseos. A Petrobrás trouxe uma adutora do Rio Guandu para ela e ela isolou uma adutora de Xerém. Por exemplo, (se a empresa fez isso) Duque de Caxias podia municipalizar a água dela, tem uma adutora de Xerém que Duque de Caxias poderia encampar (...) (SITICOMMM).

Esse depoimento foi dado por um dos sindicalistas entrevistados na pesquisa que assim se posicionou para falar dos impactos da dinamização econômica sobre a cidade e os efeitos da favelização histórica de territórios produtivos da região e as alternativas empresariais isoladas que não melhoram a qualidade de vida na cidade.

Acentuando o quadro, vimos que mediando esse processo social, ao longo da história do município, estiveram em operação sofisticados arranjos políticos que associaram violência e clientelismo como forma de acesso ao território e aos bens públicos. Em primeiro lugar, a forte tendência histórica de resolução do conflito social pela repressão aos trabalhadores e pelo fortalecimento de milícias privadas – jagunços urbanos – eram autorizadas, legitimadas e misturadas à coisa pública. Em segundo lugar, a Ditadura Militar entre os anos de 1960 e 1980 continuou interceptando as esferas públicas, pois cerceou a oposição política na região, tanto de líderes locais como de trabalhadores engajados nos movimentos sociais.

Com a construção da refinaria e depois com a construção dessa unidade petroquímica (Fábrica de Borracha) concentrou muitos operários, inclusive com uma visão mais progressista. Na época, era talvez uma das regiões que tivesse maior número de militantes do PCB. (...). Tanto é que os três sindicatos tinham influência direta do PCB no início dos anos 1960. (...) O sindicato dos petroquímicos foi fundado, recebeu a autorização de funcionamento em 27 de junho de 1963 (...). E teve a primeira diretoria eleita, tomou posse em julho. Em abril de 64 foi cassado do presidente até o conselho fiscal, até o suplente do conselho fiscal, todo mundo foi cassado. A maioria, não. Todos demitidos por justa causa, só os diretores e alguns militantes ficaram presos durante algum tempo dentro da própria fábrica. Não só o Sindiquímica, mas também o Sindipetro sofriam intervenção nesse período. No período pós 66, 67, foi levantada a intervenção, houve a nova eleição. A nova diretoria tomou posse. Com o AI-5 em 68 foram cassadas novamente e os sindicatos sofreram nova intervenção. Então nós fomos vítimas de muitas intervenções nesse período, e muito por conta disso uma boa parte da nossa memória escrita desapareceu. E a gente começa a retomar, efetivamente, o movimento aqui no final dos anos 70. (...) tinham algumas pessoas, mas estavam na clandestinidade, digamos assim e depois, a partir dos anos 70, começa a retornar. Em 83, foi eleita a nossa diretoria, da qual eu fiz parte e depois de 79, aí em 83 fui eleito e a partir daí a gente começa a retomar esse movimento. (SINDIQUIMICA).

Os petroleiros lembram esse período enfatizando o impacto do golpe militar para a despolitização da categoria no processo de luta sindical e a retomada somente depois da anistia:

Para contar essa história melhor: em 64 teve as intervenções, tiveram vários companheiros que foram dizimados, demitidos, destruídos e o sindicato ficou sob a intervenção até 67. Uma pessoa “tocando” o sindicato, em tese. Em 67 houve a primeira eleição pra retomar o sindicato. Mas isso foi uma coisa meio que dominada pelo general da época, o coronel da época e que mandava na refinaria (Reduc). Então foi: - quem que são os candidatos? É fulano, que aparentemente era desligado, mas era ligado aos “caras”. Então dessa data aí, passando pelos anos 70 até 85, as direções foram meio que um pouco de alguns companheiros lutadores e um pouco de companheiros ligados às gerências. Então aquela coisa de que “bater cabeça com os caras”, não tinha reivindicação, não tinha quase nada, não tinha muita luta, não tinha (...). Em 1986, depois da anistia, aquela coisa toda, que nós conseguimos ganhar a eleição e junto com o pessoal do PCB e o PT (SINDIPETRO).

De certa forma, evidenciamos na pesquisa que as práticas de resistência ao regime político eram ocultadas da cena pública e naquela época, a lógica do poder local continuou baseada no binômio favor-terror, só que sob o controle dos militares. Isso foi mais agressivo na cidade por conta do reforço ao caráter estratégico do município por sediar refinaria de petróleo e estradas federais, tornando a área objeto de segurança nacional, portanto, sem autonomia política.

A contestação a isso veio na crise do governo militar no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, junto com o amplo movimento de moradores e Comunidades Eclesiais de Base que romperam o cenário político de modo efetivo e organizado contra a desigualdade social e a precariedade da vida urbana. Essa irrupção política trará como temas para agenda pública: a regularização fundiária, a expansão do saneamento, a ampliação da rede de saúde e a segurança pública contra os grupos de extermínio (jagunços urbanos). Ainda que os problemas sociais de fundo tenham persistido como questão social, esse foi um dos primeiros lapsos de expressão política organizada de maior fôlego na cidade.

As eleições diretas no município só chegaram em 1986, mas desde então foram perpetuados como prefeitos, herdeiros políticos da velha elite local por força de laços de parentesco, da dinâmica e da ação política. A historiografia política subsequente será do rodízio de líderes associados a esse antigo esquema que alia clientelismo e violência. Mudaram as legendas partidárias, mas continuou-se reforçando o mesmo tipo de política que é a da não-política, na medida em que o medo e o favor prevaleceram na regulação das relações sociais.

Os anos 1990 repetiram essa reprodução política no município sob a bandeira do “moderno” partido PSDB que passou a governar o país, tendo o estado do Rio de Janeiro e o município de Duque de Caxias as diretrizes neoliberais em voga. Isso penalizou ainda mais a região, na medida em que a ausência do poder público já era uma marca histórica. Nesse quadro, a tendência foi o assistencialismo se manter na dobra do desmantelamento ou da ausência de direitos sociais.

Hoje, o governo local tem a sua frente José Camilo Zito, em terceiro mandato como prefeito da cidade. O partido que lidera o poder e tem hegemonia na Câmara de Vereadores é o PSDB, sendo o próprio Prefeito o presidente regional do partido. Isso ganha expressão se considerarmos em linhas gerais: 1) que esse é o partido que defende desde os anos 1990 a reforma do Estado em favor de maior mercado na lógica a reprodução social da vida e da economia; 2) que sustenta a necessidade de controle monetário da economia; 3) que defende ações pontuais e focais no campo social valorizando o voluntariado e a contratação de serviços como mecanismo de mercado na área das políticas sociais.

Por outro lado, o referido Prefeito é relacionado como expoente representativo da política clientelista local, baseada no binômio assistencialismo-terror o que significa débil interesse na formação de esferas públicas na localidade. Esse quadro mais geral tende a tornar a cena social e política de Duque de Caxias mais complexa na medida em que a formação social do município é marcada por uma tradição arcaica de poder político, baseado no favor e no assistencialismo, permeados pela violência, ou seja, o enfrentamento dos conflitos é escamoteado por meio de estratégias clientelistas. Os dados que temos reunido na pesquisa sugerem que se reproduz uma reatualização desse repertório político num discurso atualizado e modernizante das políticas e ações públicas, esvaziando-as de sentido de esfera pública.

De forma ambígua, o papel estratégico do município para a economia fluminense e nacional é ressaltado nesse momento evidenciando a presença de conexões globais em seu território, de ampla rede de infra-estrutura e serviços localizados ao entorno. O desenvolvimento econômico de Duque de Caxias aparecerá como ponta de lança dos governos do estado e da cidade que irão se revezar no poder desde o início do incremento do pólo.

Na verdade, a revitalização estrutural da economia se coaduna com uma série de medidas políticas que ao longo das décadas de 1990 e 2000 se fizeram presentes em diferentes governos da administração pública do estado do Rio de Janeiro como, por exemplo, as fortes coalizões políticas no legislativo estadual. Os períodos de convergência de governos nas diferentes esferas favoreceram ação em comum sob o ideário do desenvolvimento e interiorização da economia. Sobretudo, porque eram anos de ausência de política nacional para a indústria e reinavam as ações de privatização de institutos estatais. No estado do Rio de Janeiro, a ação da FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) por mais de uma década manteve forte defesa dessa programática fortalecendo ao mesmo tempo essa perspectiva de regionalização do desenvolvimento como metas de revitalização econômica do estado.

Na Prefeitura de Duque de Caxias, nesse período, repetem-se secretários de desenvolvimento econômico que seguem essa programática, sendo invariavelmente, todos eles, membros dos quadros da Firjan. Mesmo com alternância de partidos políticos no governo, parece que a estratégia empresarial manteve-se preponderante, o que tem fortalecido o território como espaço econômico relevante.

Mas, é importante ter em conta que esses investimentos têm características essencialmente de mercado e, por isso, o que temos verificado na pesquisa é

que as ações não se configuram a partir de fóruns políticos, no sentido de exposição e negociação pública de dissensos entre os diferentes sujeitos da economia e do trabalho. Verificamos que isso dificulta interferências nos rumos do desenvolvimento territorial; ainda que possam existir novas institucionalidades em razão da mobilização produtiva da região, elas não são de articulação pública de interesses. Aparecem mais como dispositivos técnicos de gestão do sistema de fornecedores da cadeia em razão da proeminente externalização produtiva verificada.

O chamado Pólo Gás Químico, definido administrativamente como uma aglutinação de produção para refino, processamento de produtos derivados do petróleo e insumos, recebe uma série de incentivos, mas estes seguem definidos pela empresa mãe (Petrobras) ou quando muito atendem às necessidades empresariais conectadas ou desejando se conectar interfirmas. Essa relação de poder é absolutamente estruturadora da dinâmica do pólo, pois o peso econômico e a influência da Petrobras na cadeia a tornam um super agente na aglomeração, tendo em vista sua importância estratégica por explorar fonte energética que é catalisadora de divisa e base de apoio para outras indústrias. Nesse sentido, o que verificamos é que sua influência dificilmente se limita à unidade subnacional o que seguramente traz problemas para o debate do desenvolvimento regional e da possível ampliação de direitos sociais para a população da cidade.

### **Os Sindicatos do Pólo Gásquímico e as Questões do Desenvolvimento**

A cadeia gasquímica no pólo de Duque de Caxias é formada por um corpo diverso de trabalhadores e sindicatos. A reestruturação produtiva ampliou a segmentação dos trabalhadores e suas formas de representação e, exatamente essa fragmentação da classe trabalhadora da cadeia gasquímica foi o que primeiro evidenciamos na pesquisa de campo.

Os sindicatos principais da cadeia são quatro: 1) Sindicato dos Petroleiros (SINDIPETRO); 2) Sindicato dos Petroquímicos (SINDIQUÍMICA); 3) Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Civil, Montagem Industrial, Mármore e Granitos, Mobiliário e Vime (SITICOMMM); 4) Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico (SITIMME). Outros sindicatos atuam na área do pólo como o Sindicato dos Rodoviários ou o Sindicato dos Trabalhadores de Alimentação, mas são residuais perante o montante de trabalhadores representado por esses quatro<sup>7</sup>.

SINDICATOS	ANO DE CRIAÇÃO	BASE TERRITORIAL	CENTRAL SINDICAL	SINDICALIZADOS
Sindipetro	1961	Duque de Caxias	CUT	2.000 trabalhadores
Sindiquímica	1963	Duque de Caxias	CUT	1.200 trabalhadores
SITICOMMM	1952	Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Guapimirim, Magé	UGT	20.000 trabalhadores
SITIMMME	1988	Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis	Força Sindical	7.500 trabalhadores

Fonte: CUT – Central Única dos Trabalhadores; UGT – União Geral dos Trabalhadores

O SINDIPETRO e o SINDIQUÍMICA são os sindicatos mais antigos na cadeia, sendo suas histórias misturadas com a do próprio refino e beneficiamento do petróleo na cidade, a partir da década de 1960. De fato, a experiência dos trabalhadores do petróleo desde cedo envolveu a organização sindical para defesa dos salários, relações e condições de trabalho no segmento. O SITICOMMM, embora seja da década de 1950 só expande suas responsabilidades para a cadeia gásquímica no processo de externalização produtiva que exportou as ações não centrais para outras empresas como a ampla área de logística, manutenção, obras e limpeza. Nesse processo, as atividades não centrais saíram da agenda de lutas dos sindicatos mais antigos da cadeia, que acumulam história e densidade institucional de organização de base dos trabalhadores a frente da CUT, bem como envolvimento com partidos de esquerda no Rio de Janeiro (Partido Comunista e Partido dos Trabalhadores).

Recentemente, no processo de intensificação da externalização produtiva, os trabalhadores terceirizados passaram a ser representados pelo SITICOMMM ao passo que as empresas petroquímicas foram focando suas atividades e externalizando as ações de apoio. Esse sindicato tem uma base territorial e de trabalhadores maior que os três outros sindicatos da cadeia, mas onde os pontos de identidade do trabalho se fragmentam em variados segmentos empresariais. O mesmo pode ser relacionado no caso do SITIMMME que representa as categorias de trabalhadores de empresas terceirizadas da cadeia produtiva, e que também, como o SITICOMMM, vivencia a fragmentação dos trabalhadores.

Os dois sindicatos além de não trazerem na bagagem tradição de luta sindical, vivenciam, por conta da fragmentação dos trabalhadores nas relações terceirizadas, forte insegurança no processo organizativo.

Mas, é preciso que se diga que a representação desses trabalhadores dos contratos terceirizados foi objeto de disputa entre os sindicatos, conforme registraram os informantes do SINDIPETRO e do SINDIQUÍMICA que imaginavam ser necessário garantir a unidade na forma de categoria petroleira, no caso do primeiro, ou de categoria petroquímica no caso do segundo. O que estava em questão era o entendimento de que as funções se diferenciavam, mas todos os trabalhadores empregados na refinaria ou numa empresa petroquímica. Cada qual no seu segmento, formavam uma categoria com unidade -por tipo de empresa ou segmento econômico-, na medida em que os trabalhos parcelares colaboravam com a realização do trabalho principal. Mas, essa disputa política não alcançou sucesso por conta de muitas outras disputas quando estava em questão a própria reestruturação produtiva da Petrobras e das empresas petroquímicas e esse era um segmento econômico que os governos da “década neoliberal” queriam ver dobrado, tanto do ponto de vista da organização e gestão produtiva, como do ponto de vista sindical (CARDOSO, 2003).

A disputa de sentido político da representação dos trabalhadores migrou para a justiça e de lá o SINDIPETRO e o SINDIQUÍMICA viram minguar suas esperanças de representar a totalidade dos trabalhadores, o que na visão deles representou um golpe para o enfraquecimento da luta sindical que se fazia contra a privatização da Petrobras, contra a abertura do capital da empresa ao mercado internacional, pelo fortalecimento da segurança no trabalho e das negociações coletivas sobre salários, proteção social, concurso público e organização sindical.

Os terceirizados... É uma briga que nós temos há muito tempo porque o nosso entendimento é que o trabalhador que está dentro de uma refinaria de petróleo, independente da atividade que esteja exercendo, seja manutenção, seja reparo, construção civil, seja na área de refeitório ou qualquer uma outra área de apoio, ele está dentro de uma refinaria então nós entendemos que ele é um petroleiro (...). No nosso caso ele é um petroquímico. Essa é uma discussão que a gente faz. Porém, não é o movimento sindical dos empregados que determina essa representação. Quem determina essa representação é o patronato, a partir do registro do código nacional de mão-de-obra e da própria instituição e objetivo da empresa, então é que ele vai determinar a qual ramo produtivo ele pertence. Então hoje nós temos trabalhadores de manutenção dentro da refinaria, dentro das nossas unidades petroquímicas, que estão vinculados à construção civil ou metalúrgica, porém estão dentro de uma indústria petroquímica, expostos aos riscos, condições e orientação do trabalho, normas técnicas da indústria petroquímica. Mas, infelizmente, não está permitido a nós solucionar ... (SINDIQUÍMICA).

A justiça julgou improcedente a solicitação deles de representação sindical e exigiu o afastamento das questões que envolviam os trabalhadores terceirizados. Embora de modos diferentes, os dois sindicatos mencionam que a medida atingiu sobremaneira os trabalhadores, pois a tradição organizativa e de lutas entorno de acordos coletivos dos dois sindicatos favoreceria maiores cuidados de regulação do trabalho das funções menos qualificadas. Mencionam também que isso enfraqueceu o trabalho porque os próprios petroleiros e petroquímicos deixaram de ter maior controle sindical sobre as tarefas de manutenção que são terceirizadas, por exemplo, e que precisam ser cobertas por protocolo de segurança o que nem sempre é objeto de treinamento cuidadoso; o aumento de acidentes é relatado como uma marca desse processo de reestruturação e a vitimização de trabalhadores terceirizados é também maior. De maneira geral, esses dois sindicatos acreditavam que teriam melhores condições políticas e sindicais para representarem os trabalhadores nessa nova fase da organização produtiva e das relações de trabalho.

A gente tem uma diferença de tratamento gritante entre os trabalhadores próprios e os trabalhadores terceirizados que estão dentro de uma mesma fábrica, praticamente exercendo as mesmas atividades. Só que enquanto os que são considerados petroquímicos tem um tipo de acordo, uma forma de jornada de trabalho, muitos tem benefícios contidos no nosso acordo coletivo, esses terceirizados não têm. Trabalham numa jornada de trabalho maior do que a nossa ... Todos os problemas de precarização, não só das funções mas também da relação jurídica do trabalho (SINDIQUÍMICA).

A Federação Única dos Petroleiros é explícita na orientação aos sindicatos dos petroleiros e à opinião pública sobre os efeitos nocivos da terceirização na cadeia produtiva, destacando conseqüências nefastas para os trabalhadores, a empresa e a sociedade:

Para os trabalhadores: .fraudes trabalhistas, alojamentos precários, falta de garantia no emprego (rotatividade), falta de garantia da integridade física, acidentes, mutilações, mortes e superexploração. Para a empresa: baixa confiabilidade dos serviços, disputas judiciais, focos de corrupção, perda do ativo de conhecimento, lucros cessantes causados por acidentes e emergências, desgaste na imagem, perda de mercado. Para a sociedade: perda da qualidade de serviços e produtos, agressões ambientais a comunidades vizinhas, empobrecimento dos trabalhadores, concentração de renda (DIEESE, 2008, p.125).

Os petroleiros esperam que a reforma sindical em tramitação no Congresso Nacional possa dirimir esse problema da representação dos trabalhadores no contexto de subcontratações. Embora veja diferenças na atuação recente do maior sindicato de terceirizados por se mostrar bem atuante na “porta da Reduc”. Acredita que a reforma sindical retirará esse limite da representação por tipo de contratação.

Até algum tempo atrás quando esse camarada que está na direção entrou, que é o M... vimos uma outra dinâmica. Ele tem feito de 2005 pra cá; 2006 ele fez uma grande greve, quase de oitentas dias que pegou o pólo também. E ele aí se “cacifou” na discussão em cima do trabalho que é razoável, que é diferente do trabalho (sindical) anterior. Porque antigamente os “caras” eram a representação, mas era muito ruim, acabava a gente se envolvendo em várias ações. Até hoje a gente se envolve, mas é meio que no “sapatinho”. Mas tem uma coisa que nós estamos esperando, que seria a reforma sindical. Na reforma sindical, tem uma proposta que seria a representação de uma base independente da forma de contrato. (...) O pessoal no Sul, lá no Paraná, especificamente está fazendo isso. Começaram agora uma discussão e eles uniram todos os sindicatos e as categorias, formalizaram o grupo para negociar com a empresa o contrato de trabalho, que não é o contrata... É aquela proposta do... Contrato geral (...). Eles estão tentando fazer isso. Se sáísse a reforma poderia ser que nós conseguíssemos isso. Pelo menos assim, que nem você falou: lá na REDUC nós temos os operadores das unidades (...). Tudo isso deveria ser representação nossa. (...) os casos que nós temos lá, você têm lá funcionários da PETROBRÁS e do lado funcionário terceirizado, era para ser representação nossa. E nós temos a visão de tentar buscar e lutar por isso sim. Nós só recuamos por conta do... dessa coisa da política, muitas vezes tendo conflito, inclusive conflito judicial. E ficamos esperando que viesse a reforma sindical... (SINDIPETRO).

O SINDIQUÍMICA ainda relata uma particularidade relativa à insegurança decorrente das freqüentes “fusões e aquisições” de empresas que colocam os trabalhadores o tempo todo na corda bamba, pois as negociações entre as empresas pendem para aqueles acordos coletivos que são menos vantajosos para os trabalhadores decorrentes de lutas de entidades sindicais menos fortalecidas. Isso estaria se repetindo, segundo o sindicalista entrevistado, nas disputas de base territorial no novo parque de investimento petroquímico que é o Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro)<sup>8</sup>.

Além dessa fragmentação da luta sindical verificamos também que não existem articulações entre os sindicatos para encaminhamento de qualquer tema, seja por-

que a realidade concreta de organização do trabalho e da representação sindical não estimula, seja porque os sindicatos atuam em campos políticos e ideológicos distintos conforme se depreende suas filiações a centrais sindicais.

Essas dimensões da organização produtiva concreta e da representação sindical repercutem sobremaneira na vida sindical como se pode evidenciar da agenda das entidades. O Sindicato dos Petroleiros tem uma agenda centrada nos temas da campanha “O petróleo é nosso” (“defesa da nação”); revisão da quebra do monopólio do petróleo; lutas e processos pela readmissão dos demitidos no processo de privatização e greve dos anos 1990; concurso público para alargamento do quadro de pessoal efetivo. Do ponto de vista do sindicalista entrevistado, os problemas mais diretos da categoria se referem a segurança e saúde, pois

A categoria petroleira é uma categoria que na média do Brasil ela está num patamar, vamos colocar aí, de 50, 60% da média de salário. Na média de relação de trabalho, na média de troca entre o Capital versus o Trabalho. Então nós temos tido mesmo nos últimos governos lá do passado, nós perdemos algumas coisas, mas também mantivemos algumas reivindicações, algumas lutas e alguns ganhos. As reivindicações hoje na PETROBRÁS, hoje, mais contundentes são: meio ambiente, não o meio ambiente, mas os acidentes e o meio ambiente. E são reivindicações básicas, mas fortes. São os acidentes que tem acontecido muito na empresa por conta de uma gestão que a gente entende que é ruim; que a SMS. (...)Segurança, Meio ambiente e Saúde. Eu entendo assim, existem outras reivindicações: salários, algumas questões mais centradas em locais... Tem cláusulas assim que, eu acho, particularmente... Acho não, tenho certeza, que são cláusulas muito boas. Se o “grosso” dos trabalhadores (do país) pudesse ter algumas delas seria muito importante pra todo mundo (SINDIPETRO).

O Sindicato dos Petroquímicos concentra a agenda nos pontos sobre readmissão de trabalhadores demitidos no processo de privatização dos anos 1990; tensão sobre as mudanças nas relações de trabalho a partir de fusões de grandes empresas da holding; problemas da geração de jovens trabalhadores químicos escolarizados por não se fixarem na área e não constituírem identidade com a categoria e com o sindicato.

Na verdade, como se vê, tanto um sindicato como outro consideram o fim e a restrição da terceirização um campo de batalhas permanente nas negociações coletivas com as empresas.

O SITICOMMM tem uma agenda polarizada em dois grandes eixos: terceirização e qualificação. Sobre a terceirização, observamos que há uma luta recorrente

para que as negociações coletivas absorvam cláusulas que reparem descompassos trabalhistas da terceirização, enfatizando acordos em torno de garantia de representação político sindical dos trabalhadores terceirizados, fiscalização das condições de trabalho, cobrança das empresas contratadas e participação nos lucros para os terceirizados (PLR). Na verdade o sindicato sinaliza com veemência a fragilidade das relações de trabalho na cadeia gásquímica, particularmente, na banda dos trabalhadores terceirizados.

Ao risco de vida do trabalho na refinaria — que é comum a todos os trabalhadores — o sindicato acrescenta o risco das questões trabalhistas entre os terceirizados:

O cara corre ali o risco econômico, que é o de trabalhar e no fim do contrato não poder receber as horas rescisórias, que é um grande risco. (...) Todo dia isso, essa rotina de trabalho, 5 horas da manhã a gente se encontra e começa a reunir e conversar com os trabalhadores então esses problemas eles vão passando para gente e aí, respondendo a pergunta dela, a gente tem como, o sindicato sabe e a começa a preparar essa ação. Ai você já deixa a ação preparada para que no final a gente consiga correr na frente para que a gente possa estar acionando os líderes do sindicato para entrar com uma medida de bloqueio. No ano passado nós conseguimos dentro de um processo desse com duas empresas: uma aconteceu em outubro, prestando serviço para (...) com mais de 400 trabalhadores, atraso de pagamento constantemente e a gente avisava: “olha! Vai ter problema”. Mandamos cartas comunicando a direção da REDUC, aquelas coisas todas para se precaver. “Não, nós estamos cuidando, estamos tratando”. Quando chegou no 5º dia útil que era o dia do pagamento o pessoal saiu meio dia para receber... Isso mais ou menos no dia 5 de outubro do ano passado. O pessoal deu meio dia, pegaram e colocaram os 400 trabalhadores para fora da REDUC e não deixaram mais entrar, tomaram os crachás e a empresa foi. E nós conseguimos uma ação e a Petrobras foi condenada, como subsidiária pagar. E ai dezembro, dia 18 de dezembro apareceu outra (...) na mesma situação. Nós conseguimos no dia 19, a justiça do trabalho (...) que estava ali, que ajudou nesse processo. Ficou de 11 horas da manhã até 5 horas da tarde, aí nós saímos com uma liminar de bloqueio, que nomeou a mim e ao advogado do sindicato para entregar o bloqueio para Petrobras. Então no dia-a-dia a gente consegue identificar esse problema no recolhimento, no atraso de pagamento e ai a gente consegue fazer algumas ações. Chamar a empresa para uma reunião, denúncia lá para os gerentes fiscais da Petrobras, tentar uma reunião. É de segunda a segunda essas demandas. (SITICOMMM).

A trama que vai sendo montada para esses trabalhadores conseguirem trabalho e terem os direitos trabalhistas reconhecidos revela a fragmentação e a precarização a que ficaram expostos o trabalho e os trabalhadores na cadeia produtiva.

As vezes em que há problema com a empresa, isso ocorre lá dentro da refinaria. Quando o camarada é demitido de um... o contrato acaba... E a empresa que assumiu não contrata esse “cara” de volta, ele vai lá para fora (porta da reduç, esperando, debaixo de chuva e sol, que outra firma apareça para contratá-lo). Isso é um círculo, é um círculo: ele sai dessa aqui e fica fora uns dois, três meses e volta para outra. Está sempre trocando de camisa. É a troca de camisa que a gente fala (SITICOMMM).

Outra modalidade curiosa é que boa parte dos trabalhadores quando termina o contrato com uma empresa é incorporado no novo contrato porque a empresa contratante assim o exige, tentando driblar a inexperiência muitas vezes inerente ao rodízio dos contratos terceirizados.

Com efeito, essa parece ser uma agenda permanente do sindicato, seja rondando as empresas que estão terminando o contrato ou recorrendo à justiça para requerer direitos de salários e encargos sociais. Parece que as idas e vindas na justiça é um movimento de rotina do sindicato, mesmo sendo a Petrobras não só solidária, mas também subsidiária dos problemas (ENUNCIADO 331, TST), sua conduta é sempre a de recorrer às instâncias superiores o que atrasa ainda mais o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores.

Por outro lado, a cadeia é tipicamente de processo produtivo e de trabalho de risco aos trabalhadores que ficam expostos a gases e substâncias nocivas. A compensação financeira que recebem por periculosidade se refere à possível explosão, mas cotidianamente estão expostos a metal pesado como Chumbo, Cádmiio e Amianto,. Sabe-se que as seqüelas só se revelam em longo prazo, depois de “muitos anos queimando eletrodo”, quando já estão em vias de aposentadoria e as muitas empresas por que passaram “dão as costas” à depreciação de sua força de trabalho.

Sobre a agenda da qualificação, verificamos que o SITICOMMM lida com o tema não nas negociações coletivas, mas na organização e oferta de curso de solda para trabalhadores não qualificados da cidade. O sindicato menciona ser um projeto pioneiro de profissionalização em solda (Cidade da Solda/Escola da Solda) no Brasil e o curso mais bem afinado com as demandas econômicas da região.

Na verdade, tanto o SITICOMMM como o SITIMMME enfatizam o problema do preparo da mão de obra para a cadeia produtiva, chegando a sinalizar a fragilidade dos cursos oferecidos pela prefeitura local porque não se dirigem às demandas

do pólo gásquímico, onde emergem as oportunidades de trabalho: “não adianta ficar dando curso de inglês, o básico às vezes de informática, porque a cidade hoje, o segmento hoje, está muito voltado para a área de petróleo e gás, então você tem que estar preparando eles, a população, para esse segmento.” (SITICOMMM). Por trás, desse depoimento está o fantasma da migração e o trânsito de mão de obra qualificada na cidade, em razão do baixo preparo técnico local. Isso é um problema tanto social pelo encurtamento de postos de trabalho para os trabalhadores de Duque de Caxias como de base sindical, pois dificulta a ação do sindicato.

O SITIMME surge na década de 1980 com o objetivo de “fortalecer a luta dos trabalhadores do setor metalúrgico de Duque de Caxias”, contando hoje com 10.000 trabalhadores na base, sendo 7.500 sindicalizados na ampla região que representa. O sindicato mais novo da região vê com desânimo a articulação dos sindicatos, pois considera o movimento localmente “muito diluído”, não havendo ações conjuntas a não ser nas lutas nacionais, como a jornada de 40 horas semanais. Menciona inclusive certo conflito com o SITICOMMM na medida em que representam categorias próximas que são da área de montagem e manutenção na Reduc.

De todo jeito, verifica-se que há certa diferenciação ideológica e política por trás dessa desarticulação dos sindicatos. Além dos acordos coletivos, o SITIMME focaliza a pauta sindical na qualificação profissional e nos problemas ambientais gerados pela indústria local, motivo da participação em instâncias conselhistas na prefeitura. Sobre o pólo, destaca que a Reduc polariza bastante a economia da região, acreditando ser necessário ampliar o perfil empresarial com outras “outras grandes empresas”. Considera importante ampliar a qualificação técnica dos trabalhadores da cidade, bem como criar dispositivos legais que obriguem a contratação de população local.

Essa visão defensiva dos trabalhadores da cidade não é isolada, repercute nos demais sindicatos também, muito embora para os petroleiros e petroquímicos seja ainda uma bandeira sem base sólida pelas demandas produtivas do segmento em que atuam.

Os dois sindicatos que representam os trabalhadores terceirizados apresentam também as mais detalhadas considerações sobre a questão social e urbana no município; discorrem sobre problemas sociais da região demonstrando “conhecimento de causa”, experiência efetiva da precariedade das suas bases. O mesmo pode ser indagado sobre o tema da qualificação, pois são esses sindicatos de trabalhadores terceirizados os que tomam o problema do preparo da força de trabalho para o pólo gásquímico como pauta sindical.

O dilema do trabalhador diante do desenvolvimento econômico atravessa os sindicatos, pois ao lado das tensões das relações de trabalho todos vêm com atenção os efeitos positivos do crescimento industrial para a cidade com a ampliação do comércio e lazer a partir da ampliação do projeto industrial petroquímico. Ainda que a vida local seja vista como marcada pela pobreza, saneamento deficiente, frágil abastecimento de água, desemprego, baixa escolarização e qualificação para o trabalho, os sindicalistas miram a economia petroquímica como horizonte de superação social para a cidade.

Todavia, a perspectiva de ampliação das ações para além dos temas corporativos – numa perspectiva ampla de classe como vem tratando a literatura – não é uma questão assumida pelos sindicatos de modo estruturante. Os terceirizados do SITICOMMM mencionam que fazem isso por meio de ações assistenciais filantrópicas (doações). O SITIMME destaca atuação em conselhos e fóruns do município de Duque de Caxias como a comissão municipal de trabalho e o fórum do meio ambiente. O SINDIPETRO também informa participação em conselhos da cidade, mas destaca que essa é uma atividade fora da agenda sindical dos petroleiros.

A fragilidade da pauta social de cidadania é mais flagrante entre os petroleiros e petroquímicos. Os problemas sociais e de desenvolvimento locais não entram na agenda dos sindicatos e nem na vida dos trabalhadores do núcleo central da cadeia produtiva. Ou ainda, por serem sindicatos de peso na cadeia produtiva, se voltam para os problemas que o elo mantém no conjunto do pólo como segmento mais dominante, envolvendo-se com temas como a articulação internacional dos trabalhadores da petroquímica em razão da inserção de corporações multinacionais no pólo hoje (SINDIQUIMICOS) e a nacionalização do petróleo (SINDIPETRO).

### **A Dinâmica do Pólo Gásquímico e a Participação dos Sindicatos**

Verificamos na pesquisa que o pólo se orienta por dois instrumentos chaves: o Fórum do APL (Arranjo Produtivo Local) e o Fórum Promimp (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural). Evidenciamos que não há dinâmica regular e processual de vida política nesses fóruns, tratando-se de uma articulação de instituições sob a influência no primeiro caso do Sebrae (Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa) que coordena o Fórum do APL cujo objetivo é capacitar pequenas empresas como fornecedoras da Petrobras (empresa mãe) atendendo assim suas exigências de qualificação, produtividade e inovação. Queremos enfatizar, então, que não se trata de espaço para negociações, pois o Fórum do APL se volta diretamente para atender demandas da Petrobras e das grandes empresas.

Atende diretamente ao plano anual da Petrobras com a profissionalização da terceirização por meio do treinamento de empresas e o estabelecimento de um cadastro de fornecedores de bens e serviços para cadeia. A atuação é centrada na integração da pequena e média empresa no sistema de fornecedores.

O outro Fórum (Promimp), se dirige para capacitação de trabalhadores para participarem da cadeia do petróleo. O Promimp é um programa do Ministério de Minas e Energia e seu fórum regional visa articular instituições para atingirem aquele objetivo. Sob coordenação da Refinaria que representa o Ministério de Minas e Energia, o Fórum Promimp realiza projetos de qualificação como são exemplos os de educação de jovens e adultos; e, o Cidade da Solda. Aqui também verificamos a ausência de dinâmica política de esfera pública, sendo as atividades definidas coletivamente, num primeiro momento, e depois seguem sendo executados pelo grupo autor da proposta.

Num caso e noutro, os dois fóruns se dedicam às estratégias de qualificação de fornecedores – um para pequena empresa e outro para trabalhadores – para que a cadeia funcione bem azeitada para a produtividade e competitividade dos negócios. Os achados da pesquisa sinalizam que este tem sido o principal intento das novas ferramentas criadas para dinamizar o pólo de desenvolvimento: a qualificação (de empresas ou de trabalhadores).

Um segundo elemento importante é que além de não haver esfera pública nestes fóruns, não há, até o momento, medidas de impacto dos efeitos das ações desenvolvidas. Isso porque não se previu estudo de tal natureza, e, também, porque as atividades foram iniciadas recentemente (2006) e ainda estavam em execução até o último levantamento realizado na pesquisa, em 2010.

O Fórum do APL tem participação restrita às empresas, a REDUC, ao Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e aos sindicatos patronais. Não há qualquer interesse em interface com os trabalhadores, pois segundo a coordenação do APL o objetivo é capacitar empresas, pessoas jurídicas e não pessoas físicas, por isso, no entender deles não há interface com sindicatos de trabalhadores, apenas com segmento patronal. Mesmo quando questionado sobre as experiências nacionais e internacionais que conseguiram reunir diferentes segmentos na estrutura de gestão territorial como os sindicatos, o coordenador do APL reitera não ser necessário, embora titubeando um pouco na medida em que a literatura na área sinaliza outra versão. Parece que a ferramenta do APL serve para ser replicada em territórios históricos distintos, mas de acordo com a cultura política de cada localidade e aqui, então, não inclui os trabalhadores e

segue com um perfil de rede de fornecedores, sem dinâmica de esfera pública. Ou talvez, não se afine a segmentos empresariais verticalizados como esse do petróleo.

O Fórum Promimp, contudo, inclui participação dos sindicatos, mas também não há dinâmica pública e o único sindicato com participação orgânica é o sindicato que representa os trabalhadores terceirizados -SITICOMMM. A ação desse sindicato se vincula à execução do Projeto Cidade da Solda, de sua própria autoria. A participação se limita a essas ações sem nem atuar em reuniões do fórum a não ser que seja para tratar do projeto.

Considerados estes contornos, é interessante levantar que no quesito relação cadeia produtiva e território, as duas instituições criadas – Fórum APL e Fórum regional do Promimp – manifestam atenção à localidade. O problema dos resultados do desenvolvimento recaírem sobre a região é mencionado como uma questão-dilema enfrentada pelos membros nas duas ferramentas. Então, o Promimp se dedica à capacitação de mão-de-obra local querendo superar esse limite na medida em que a cadeia não absorve significativamente a força de trabalho caxiense porque esta não atende às necessidades técnicas da cadeia. A coordenação do APL enfatizou para pesquisa que o propósito do arranjo são os empresários locais (médio e pequeno empresário) capacitando para competitividade, gestão e inovação, a partir dos planos estratégicos da Petrobras.

Entre os trabalhadores (sindicatos) a visão sobre essas duas instituições (Fórum APL e Fórum PROMIMP) é comum no tocante à baixa dinâmica política presencial para negociação de interesses, planejamento e avaliação da cadeia produtiva. Verificamos, no entanto, que os sindicatos ligados ao núcleo principal da cadeia são os menos envolvidos com essas atividades, como são os casos do SINDIPETRO e SINDIQUÍMICO. O sindicato que representa a maioria dos trabalhadores terceirizados tem assento no fórum Promimp e também manifesta opinião sobre a ausência de espaço público de discussões; ele é chamado raramente para discutir o projeto da Cidade da Solda.

Todavia, além dos depoimentos dos sindicatos reforçarem esta ferramenta de desenvolvimento (Arranjo Produtivo Local ou Pólo de Desenvolvimento) como de baixa dinâmica política, eles também nos deixam ver que a tradição tem sido a do aquecimento produtivo local sem incorporação de trabalhadores da cidade de Duque de Caxias nos quadros de emprego e ocupação no Pólo Gásquímico. A base do SINDIPETRO, petroleiros, por exemplo, não reside em Duque de Caxias. A base do SINDIQUÍMICA que reúne os trabalhadores das indústrias de segunda geração do Pólo Gás Químico também, de maneira geral, é majoritariamente de fora do

município sede. Pudemos evidenciar, então, uma série de conseqüências a partir disso, sugerindo inclusive que a dinâmica política eleitoral ou a gestão da cidade não são temas que atingem diretamente os trabalhadores petroleiros e petroquímicos. A primeira vista, o que se depreende é que a cidade segue apenas como locadora dos empreendimentos empresariais.

Mas, seguindo com a pesquisa evidenciamos que o sindicato que representa os trabalhadores terceirizados, aquele que participa do Fórum do Promimp tem em sua base um conjunto amplo de moradores de Duque de Caxias e áreas adjacentes da Baixada Fluminense. Exatamente, a mão-de-obra que é menos qualificada. Essa é a porta de entrada de parcela dos moradores de Duque de Caxias no pólo de desenvolvimento: nas empresas terceirizadas que lidam com mão-de-obra menos qualificada e estão voltadas para manutenção, conservação e construção civil.

Com este sindicato foi possível identificar problemas sobre a cidade e o trabalho no elo fraco da cadeia produtiva, como os dilemas para garantia dos direitos trabalhistas, para a qualificação dos trabalhadores e, de modo geral, ponderações sobre a realidade socioeconômica local.

Os depoimentos dos diretores informantes dos outros dois sindicatos do núcleo central produtivo sublinham uma visão política e social do desenvolvimento na localidade, mostrando que há uma efetiva dificuldade do pólo repercutir em retorno social para a cidade. Mencionam os problemas de saneamento, serviços de saúde e, sobretudo destacam o problema da educação em razão da baixa escolarização formal da população e de formação para o trabalho. Mas, esses sindicatos, hoje, não desenvolvem ou atuam em ações coletivas mais orgânicas com a cidade, que sejam menos corporativas e mais dirigidas à localidade. Parece que, como as empresas, onde se vinculam seus trabalhadores, também esses sindicatos estão distantes dos problemas do município em suas práticas sindicais. Embora tenham ideação política enfileirada à tradição da CUT e mencionem um passado recente de maior engajamento em movimentos sociais locais, afirmam que isso hoje são lembranças dos anos 1980, pois estão desarticulados localmente. De todo jeito, parece que as condições objetivas da base sindical estão longe das terras caxienses e mesmo quando os problemas sociais da cidade aparecem na narrativa é de forma distanciada das práticas políticas dos sindicatos.

Com isso, o que temos identificado é que não existem atributos sociais efetivos de agenciamentos políticos coletivos para confrontar o desenvolvimento no espaço social do pólo de desenvolvimento como aglomeração produtiva. Aqui, a experiência de revisão dos papéis dos sindicatos no processo de reestruturação produtiva

não atinge esse ponto de alargamento das funções para o território da cidade. Como abordamos anteriormente, o que apareceu com força nos depoimentos foi o esforço que empreendeu cada sindicato desses para representar os terceirizados envolvendo inclusive batalha judicial, mas não foram bem sucedidos no conflito nem no caso de trabalho subcontratado realizado nas dependências da própria empresa. Prevaleceu no argumento judicial uma visão corporativa de categoria e de contratação de serviços e não de ramo produtivo. Além disso, esses quatro sindicatos (SINDIPETRO, SINDIQUÍMICA, SITICOMMM e SITIMMME) não conseguem ainda realizar lutas conjuntas em favor do trabalho na cadeia produtiva.

### **Considerações Finais**

A aglomeração produtiva de Duque de Caxias se baseia na interface técnica e de capacitação da rede de fornecedores, visando potencializar a acumulação de capital do segmento gásquímico. Inexiste dinâmica política no pólo como esfera pública de negociação e formação de opinião sobre os destinos e impactos do desenvolvimento. Os empresários, o poder público e as instituições educacionais se articulam de forma independente, mas voltados para a engrenagem das necessidades setoriais e competitivas.

Inexiste também participação dos sindicatos no processo de definição e execução dos investimentos econômicos na aglomeração. Por conseguinte, a visão de desenvolvimento hegemônica do pólo é a de atratividade do território para intensificação e ampliação da economia do petróleo e derivados, baseada numa perspectiva instrumental das mudanças e da relação entre os diferentes sujeitos sociais. Nesse limite, a dimensão política da expressão de conflitos e lutas sociais é absolutamente esvaziada de sentido em ações coletivas na aglomeração, prevalecendo os interesses corporativos empresariais sem contraposição e disputa.

A baixa participação dos moradores de Duque de Caxias na força de trabalho das empresas mais especializadas do pólo conta a favor do distanciamento dos sindicatos com maior tradição de luta trabalhista das demandas locais e da interferência nas forças políticas da cidade. Os trabalhadores em posição mais vantajosa na cadeia produtiva se mantêm muito distantes da vida política e social local. A experiência sindical dos trabalhadores terceirizados está se iniciando e deve levar certo tempo para ganhar fôlego organizativo.

Nesse sentido, o desenvolvimento regional não está na agenda sindical e inexiste participação de sindicalistas no sistema político local (executivo e legislativo). Nenhuma agenda supratemática de articulação regional entre entidades, poder público

e empresariado foi detectada na pesquisa. Ações isoladas em estruturas conselhistas da cidade foram observadas, mas não pareceram ter maior peso na grade de lutas sindicais, nem promoverem maior articulação entre os próprios sindicatos. De modo que o acúmulo político sindical não migrou do universo produtivo corporativo para a disputa de projetos políticos regionais.

Por outro lado, o peso econômico e a influência da Petrobras na cadeia a tornam um super agente na aglomeração, na medida em que a história da empresa se confunde com a da própria nação e o seu desenvolvimento industrial tem importância estratégica na economia nacional. Nesse sentido, sua influência dificilmente se limita à unidade subnacional (Duque de Caxias) o que seguramente traz problemas para o debate do desenvolvimento regional e da possível ampliação de direitos sociais para a população da cidade.

O impacto da flexibilização produtiva atinge a cadeia pelo viés principalmente da terceirização do que pela mobilidade de empresas no território – como ocorreu em outros territórios produtivos e que lhes renderam maior politização na aglomeração produtiva – já que a refinaria não é um elo da cadeia passível de ser transferida para outra região. No momento, com o crescimento da exploração e produção do petróleo outras áreas geográficas estão sendo atraídas, mas a REDUC está em processo de ampliação o que estimula a ida de novas empresas para cidade. Logo, o problema da suspensão de produção e transferência de planta produtiva –como ocorre em segmentos como o automotivo– não é um “Calcanhar de Aquiles” para Duque de Caxias. Dessa forma, a solidez da empresa mãe em situação de monopólio e em condição estatal parece concorrer para que discussões políticas sobre os investimentos locais sejam interceptadas, diferindo do que ocorre em outras regiões em razão da instabilidade empresarial sugerir controle político do desemprego, falências, dívidas e arrecadação pública. A mobilidade empresarial não é a questão problema da região e por isso não é motivadora de arena política (RAMALHO e RODRIGUES, 2010).

Todavia, a flexibilização das relações de trabalho e os efeitos destrutivos desse tipo de indústria sobre o meio ambiente -ainda mais sob a terceirização – são também de frágil enfrentamento político na aglomeração enquanto tal, dificultando o amadurecimento de projetos sociais para o município que tomem o pólo gásquímico como objeto de problematização e disputa de propostas na perspectiva dos trabalhadores.

Em decorrência dessas considerações sobre a pesquisa de campo, verificamos que estudos de dinamização política local precisam ter em conta o saldo histórico da luta sindical regional, mas também os pontos-chaves explicativos da formação sociohis-

tórica do território, assim como as características do aparelho produtivo da aglomeração. Nesse sentido, as estratégias de aglomeração regional dependem da cultura política acumulada no território e do perfil produtivo local. E, no caso investigado, evidenciamos na pesquisa que a experiência de classe dos trabalhadores locais até o momento não sugere vínculo com o desenvolvimento regional, ainda que a mesma seja atravessada pelas contradições sociais do incremento econômico do pólo.

## Referências

ALVES, José Cláudio Souza. *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998.

BRANDÃO, Carlos. *Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. São Paulo: Unicamp, 2007.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

DIEESE. *O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil*. In *Relações e condições de trabalho no Brasil*. São Paulo: Dieese/MTE, 2008.p. 73-147.

\_\_\_\_\_. *A indústria petrolífera e seus reflexos na economia fluminense*. São Paulo: DIEESE, 2002.

RAMALHO, J.R. e RODRIGUES, I. (orgs.) *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos*. São Paulo: Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. *Sindicato, crise econômica e estratégias regionais*. Caderno CRH, v.23, n.59, maio/agosto. Salvador, 2010.

\_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: USP, 2007.

## Notas

- 1 Professora do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado Rio de Janeiro. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Doutoramento em Sociologia pela UFRJ. Bolsista Prociência Faperj. Pesquisadora do Programa de Estudos de Trabalho e Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: rosangelancb@uol.com.br

- 2 A pesquisa de que trata esse artigo versa sobre “Itinerários do Trabalho em regiões pólos de desenvolvimento: o caso do Pólo de Desenvolvimento Gás Químico de Duque de Caxias/ RJ”. Parte do trabalho de campo contou com a colaboração dos bolsistas de iniciação científica: Bruna de Oliveira da Silva, Gracielle Fernanda do Nascimento Azeredo e Thays da Conceição Guimarães Barros. Entre os anos de 2008 e 2010, a pesquisa integrou o Programa Pensa Rio da Faperj em projeto coordenado pelo Prof. José Ricardo Ramalho, “Desenvolvimento, Trabalho e Cidadania: as experiências do Sul e Baixada Fluminenses, envolvendo professores da UFRJ, UFRRJ e UERJ.
- 3 Tomamos como informantes chaves da pesquisa os segmentos: poder público municipal, empresariado e movimentos sociais. Nesse texto, apresentamos achados da investigação a partir principalmente das entrevistas realizadas com sindicatos da cadeia gásquímica.
- 4 Afinal, a posição do município no ranking do IDH é a 52 entre os 92 municípios do estado e a posição 1786 no país (IDH de 0,753). O índice de Gini que mede a desigualdade cresceu nas últimas duas décadas, embora, o PIB do município seja o segundo maior do estado do Rio de Janeiro e o 15°. do Brasil.
- 5 A refinaria de Duque de Caxias (Reduc) foi criada em 1961 e dinamizada a partir dos anos 1980 representando uma das grandes refinarias de vanguarda do sistema Petrobrás pela estrutura técnico-produtiva, capaz de produzir 52 produtos na linha de óleos lubrificantes, diesel, gasolina, GLP, nafta, querosene de aviação, parafina, óleo combustível, entre outros produtos. Segundo as fontes consultadas, sua capacidade será expandida com as obras de ampliação que estão em andamento e serão concluída, segundo projeto, em 2012.
- 6 Formada também pelos municípios de Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Magé, Guapimirim, Japeri, Paracambi, Seropédica e Itaguaí.
- 7 Ao longo desse texto, destacamos dois sindicatos como entidades de peso em razão da importância da categoria de trabalhadores no elo da cadeia produtiva, vinculando-se às funções focais das empresas nucleares (Petróleo e Petroquímica). Além disso, são sindicatos que acumulam histórico de participação em lutas sociais de ampla mobilização da categoria e em outras de maior alcance social como a de democratização do país – SINDIPETRO e SINDIQUÍMICA.
- 8 O sindicalismo no segmento do petróleo no Rio de Janeiro está em efervescência por conta dos investimentos para área no estado através do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) que objetiva a partir de 2012 aumentar a capacidade nacional de refino de petróleo pesado e com isso reduzir a importação de derivados, como a nafta, e de produtos petroquímicos. Verifica-se uma densa disputa entre os sindicatos pela representação dos trabalhadores que trabalharão nas novas empresas ou filiais que serão situadas no grande corredor que será estabelecido por vários municípios desde Itaboraí; o que é tanto uma luta política de representação quanto por imposto sindical, segundo os sindicalistas entrevistados na pesquisa.

Submetido em junho de 2011, aceito em junho de 2011.

